VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PANDEMIA DA COVID- 19

VIOLENCE AND DOMESTIC VIOLENCE IN THE COVID-19 PANDEMIC

Graziela Eliana Costa e Silva¹
Neide Aparecida de Souza Lehfeld²

RESUMO: Este artigo discute o fenômeno da violência, suas faces, com ênfase na violência doméstica e sua expressão fatal: o feminicídio, durante a pandemia da Covid-19. Sua concepção se deu a partir de pesquisas bibliográfica e documental com uma abordagem metodológica sociohistorica. A violência enquanto processo histórico, expressa as formas de sociabilidade entre os sujeitos. No que diz respeito à violência doméstica, esta se perpetua pelas diferenças de gênero. A partir do surgimento da pandemia da Covid- 19, as vítimas desse tipo de violência passaram a ficar ainda mais expostas devido ao convívio direto com seu agressor, já que em estado de quarentena as pessoas precisam permanecer cada vez mais em seus lares. Neste sentido, a análise da violência doméstica é feita dentro de um cenário sociopolítico e econômico adverso existente no país impactando fortemente o sistema de saúde brasileiro.

Palavras-chave: Violência. Violência doméstica. Pandemia

ABSTRACT: This article discusses the phenomenon of violence, its faces, with an emphasis on domestic violence and its fatal expression: femicide, during the Covid-19 pandemic. Its conception was based on bibliographic and documentary research with a sociohistorical methodological approach. Violence as a historical process,

¹ Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (2018-2020). Atualmente Assistente Social do Centro de Referência Especializado em Assistência Social do Município de Uberaba atuando na demanda direito violado da criança e do adolescente. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para Infância e Adolescência (GEPIA). E-mail: thaisdasilvadornelles@gmail.com.

² Mestrado em Serviço Social pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1980) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985). Atualmente celetista da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, consultor adhoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: maxrs@feevale.br.

expresses the forms of sociability among the subjects. With regard to domestic violence, it is perpetuated by gender differences. Since the emergence of the Covid-19 pandemic, victims of this type of violence have become even more exposed due to their direct contact with their aggressor, since in a state of quarantine people need to remain more and more in their homes. In this sense, the analysis of domestic violence in particular is carried out within an adverse socio-political and economic scenario existing in the country, strongly impacting the Brazilian health system.

Keywords: Violence. Domestic Violence. Pandemic.

INTRODUÇÃO

O dia 25 de novembro foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o dia internacional de luta contra a violência à mulher. O Brasil segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) ocupa o 5º lugar no levantamento mundial do feminicídio, ou seja, está entre os cinco países que mais matam mulheres no contexto da violência doméstica.

O Atlas da Violência, lançado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na edição de 2020, aponta que as mortes violentas intencionais (MVI) cresceram no Brasil, acumulando um crescimento de 7,1% o que representa em números 25.712 mortes no primeiro semestre de 2020 contra 24.012 no mesmo período em 2019. Tais marcadores apontados pelo IPEA demonstram que os homicídios vêm apresentando índices alarmantes de aumento. No entanto, não é somente este tipo de violência que ganha destaques nos dias atuais. No contexto político e econômico que o país atravessa onde a flexibilização da compra e posse de armas de fogo, o relaxamento na investigação e condenação de policiais que matam suspeitos, são defendidos pelo presidente do país e com a deflagração da pandemia da Covid-19 (novo Corona Vírus) em meados de março de 2020, no país, eclodem as situações de violência sendo evidenciadas na delimitação do presente texto as situações de violência doméstica.

O presente artigo tem por objetivos através da pesquisa bibliográfica acerca da temática violência, realizar uma aproximação à realidade das mulheres vítimas de violência, em especial a violência doméstica, que no contexto da atual pandemia, encontra-se em situações de risco iminentes que requerem ações estratégicas da sociedade e estado para sua superação.

AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA

O tema violência gera muitas discussões, sendo utilizadas por estudiosos e especialistas várias tipologias, sobretudo devido, em especial, à complexidade do tema. Mas afinal, do que trata o termo violência? Na concepção de Bonamigo (2008), a palavra violência em sua etimologia provém do latim “violentia”, que significa “veemência”, impetuosidade, mas sua origem está relacionada ao termo

“violação”(violare). Significa também, segundo o mesmo autor, quantidade, abundância, essência. Seguindo este mesmo pensamento, Ferrari (2002), discute que:

A violência é pensada sempre do ponto de vista de relações de força expressas enquanto relações de dominação, ou seja, em que as diferenças na sociedade são convertidas em relações de desigualdades e essa desigualdade convertida em relações assimétricas hierarquizadas, que implicam que a vontade de uns seja subordinada a outros[...] (FERRARI, 2002, p.82).

GUERRA (2008) discute que violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. A mesma autora aponta que, ao mesmo tempo em que a violência demonstra relações entre classes sociais expressa também relações entre pessoas (interpessoais), relações estas vigentes nas relações com o outro, ou seja, relações entre homens e mulheres, adultos e crianças, e ou profissionais de categorias distintas (GUERRA, 2008).

Partindo desse pressuposto, se a violência é uma forma de relação entre classes sociais, o atual sistema econômico vigente na maioria dos países, o capitalismo, seria o grande responsável pelas várias formas de violência às quais os indivíduos estão expostos nestes territórios, já que a relação capital e trabalho, e as desigualdades por elas geradas, seriam propulsores da desordem nessas relações.

A violência, segundo Saffioti (2004), seria mais facilmente identificada a partir do reconhecimento do indivíduo, das suas consequências, seja através de marcas físicas, danos psicológicos ou morais. Mas, esse fenômeno não é somente algo concreto. Defini-lo concretamente significa segundo Bezerra (2017), reduzir sua importância, deixando de lado sua historicidade e singularidade. Significa diminuir seu impacto na vida das pessoas.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Bezerra, Minayo (2006), defende que as discussões sobre a violência, tanto do senso comum, quanto do senso científico, nos remetem em um primeiro momento, à utilização da força física. Mas a violência vai muito além do aparente, do físico. As maiores dificuldades em se conceituar a violência provêm do fato dela ser um fenômeno vivenciado, que provoca manifestações emocionais a quem a comete, sofre ou presencia. A partir desta perspectiva, seria necessário para a compreensão do fenômeno da violência, considerar a visão que a sociedade concebe o tema, quer seja por meio da filosofia popular ou do ponto de vista erudito.

Dentro da filosofia popular citada por essa autora, a violência que se tem mais evidência é a criminal e a delinquência, não sendo estas toleradas socialmente. Exemplos destes tipos de violência são os homicídios, agressões, violações, torturas entre outros.

Do ponto de vista erudito o conceito de violência, segundo Minayo caminha na direção contrária da visão do senso comum, que coloca o fenômeno como um evento provocado pelo outro, ou seja, seria inerente ao ser humano, não somente nas relações sociais.

Ainda dentro da mesma temática, importantes considerações ainda sobre a violência são realizadas por Minayo (2006), no sentido de se indicar supostos prejuízos, lucros e interesses envolvendo a violência na contemporaneidade. Segundo a autora, a expressão máxima da violência (os óbitos), constitui um “sério problema social”, com

inúmeros efeitos na saúde dos indivíduos e da coletividade. Segundo a autora, os prejuízos à saúde, as lesões e os óbitos causados por violências, causam altos custos como a necessidade de disponibilização de mecanismo de segurança pública, assim como causam danos ou prejuízos ao sistema de saúde, através de elevados gastos com estrutura, assistência e reabilitação das vítimas.

Entretanto, Minayo salienta que nem só os prejuízos movem a violência:

Primeiramente, uma parte das mortes e lesões que hoje ocorrem no mundo por essa causa se deve a ações criminosas organizadas internacionalmente para as quais os aparatos violentos garantem e agregam valor. É o caso do tráfico ilegal de armas, de drogas e de outras mercadorias. Atualmente, além de representantes de muitos segmentos da sociedade participarem de negócios ilegais promovidos pela criminalidade globalizada, esses estão totalmente imbricados com negócios legais de alguma maneira [...] Além daqueles que lucram com comercialização de armas, de drogas, de seres humanos e de animais, dentre outros crimes e contravenções internacionais, há outros atores e grupos interessados no mercado da violência (MINAYO, 2006, p.38).

Para Medeiros (2018), a violência não é um fenômeno novo, mesmo que pesquisas a respeito da temática sejam atuais. A autora salienta que, um dos exemplos desta contemporaneidade de sistematização de dados acerca da violência, é o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, que indica a violência como um dos maiores problemas na saúde pública no mundo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002)..

Minayo (2006 apud COELHO, 2014, p.14) acrescenta mais um tipo de violência, à tipificação acima mencionada, a violência estrutural:

A essa classificação Minayo (2006) acrescenta a violência estrutural, que se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero e etnia. Em princípio, essa violência ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, perpetua-se nos processos sociohistóricos, naturaliza-se na cultura e gera privilégios e formas de dominação. Ainda de acordo com a autora, a maioria dos tipos de violência apresentados anteriormente tem sua base na violência estrutural. Esse tipo de violência é entendido como aquele que oferece um marco à violência do comportamento e aplica-se tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

A violência estrutural, que ocorre a partir da estrutura de uma dada sociedade, manifesta-se em especial através da negação de direitos, na existência de desigualdades, por exemplo, entre raças, etnias ou outros fatores que desprivilegiem o indivíduo, e, em muitos aspectos pode ser a responsável por outros tipos de violência.

Sobre as múltiplas classificações sobre a violência, Faleiros (2007 apud BRASIL, 2018, p.12), acrescenta, além da violência estrutural, o conceito de violência social:

A dimensão da violência social é concebida por valores a determinados grupos sociais considerados como menor detentor de poderes políticos, econômicos e sociais na sociedade, representada pelas dimensões de gênero, etnia/raça e geracional. Estudos demonstram que o desenvolvimento econômico, social e cultural pelo qual passou o Brasil é marcado pela colonização e escravidão, que gerou uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes em cujo imaginário social está inscrita a ideia de que podem explorar e dominar categorias sociais marginalizadas e/ou inferiorizadas em função da raça/etnia, gênero e idade.

Dahlberg (2007) discute que existem poucas tipologias sobre a temática violência, e nenhuma seria muito abrangente, dividindo a violência em três amplas categorias: violência autodirigida que seria a violência que uma pessoa inflige a si mesma; a violência interpessoal que é a violência infligida por outro indivíduo e violência coletiva que atinge grupos maiores de pessoas através de grupos políticos organizados, milícias e organizações terroristas. A violência doméstica está incluída na categoria violência interpessoal.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PANDEMIA

A pandemia que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), seria a disseminação mundial de uma nova doença, na atualidade do vírus Covid-19 doença causada pelo novo Corona Vírus foi decretada pelo órgão em 11 de março de 2020. O que veio a seguir foram medidas de isolamento social conforme as recomendações da OMS para combate à disseminação do vírus, inclusive no Brasil. O isolamento social, que objetiva a separação de pessoas infectadas das que estão saudáveis durante um determinado espaço de tempo chamado no período da pandemia de quarentena, vem fazendo com que as famílias passem muito tempo convivendo dentro de casa e consequentemente exacerbam-se as situações de violência em especial a violência doméstica, que em muitas vezes já faziam parte da vida destas famílias:

Embora a quarentena seja a medida mais segura, necessária e eficaz para minimizar os efeitos diretos da Covid-19, o regime de isolamento tem imposto uma série de consequências não apenas para os sistemas de saúde, mas também para a vida de milhares de mulheres que já viviam em situação de violência doméstica. Sem lugar seguro, elas estão sendo obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar junto a seu agressor, muitas vezes em habitações precárias, com os filhos e vendo sua renda diminuída (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Segundo o documento produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido do Banco Mundial: Violência Doméstica Durante a Pandemia do Covid-19, uma das consequências da quarentena para a questão da violência doméstica seria o aumento dos casos de violência associados ao mesmo tempo com a diminuição das denúncias realizadas, já que muitas vezes estas mulheres não conseguem efetivar as queixas por fisicamente perto de seus agressores muitas vezes seus parceiros e também

ao fato dessa proximidade impossibilitar o acesso aos canais de denúncia. Tal situação não necessariamente significa a diminuição no número de casos de violência, mas sim uma situação de subnotificação.

Para se compreender que a violência doméstica e a sua naturalização, é necessário pontuar que as relações entre homens e mulheres são pautadas na relação de gênero:

A identidade de gênero é produto da construção sociocultural da masculinidade e da feminilidade. O gênero possui então conotações psicológicas e socioculturais. As autoras afirmam que as diferenças convertem-se numa relação de desigualdade, no qual a sociedade valoriza tudo que é ligado ao masculino e desvaloriza tudo o que está associado ao mundo feminino (FARIAS, LIMA, SILVA e SANTOS, p.5, 2015).

A violência contra a mulher é um fenômeno mundial presente em todas as classes sociais, não se restringindo a uma determinada raça, etnia, religião ou idade, “mas sem dúvida, a que ocorre no âmbito das conjugalidades ganha perfil mais complexo, pois se imbrica numa teia de prazer, amor, medo, vergonha e poder” (QUEIROZ, 2008).

Segundo o mesmo autor, a violência contra a mulher é complexa envolvendo situações de dominação aliados a sentimentos de posse por parte do homem:

A violência contra a mulher é praticada pelo homem para dominá-la e não para eliminá-la fisicamente. A intenção masculina é possuí-la, é tê-la como sua propriedade, determinar o que ela deve fazer pensar, desejar. [...] a violência deseja a sujeição consentida ou a supressão midiaticizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença. (QUEIROZ, 2008, p. 57).

A violência doméstica contra a mulher (ocorre no âmbito do lar) foi durante muitos anos no Brasil tratada como um problema do âmbito privado das famílias, não existindo aparatos jurídicos específicos para seu controle e punição dos autores. A mulher vitimizada foi durante muito tempo subordinada a um cotidiano de violência, sem acesso a medidas que pudessem auxiliá-la. Somente no ano de 2006, após um processo de mobilização social foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº11.340 popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha” que classifica a violência doméstica como um crime que deve ser punido de forma rigorosa.

Segundo a lei nº 11.340, configura-se violência doméstica contra a mulher:

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

A violência doméstica pode ser caracterizada segundo a mesma lei enquanto:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Lei nº 11.340 Art. 7º, 2006).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FEMINICÍDIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A violência doméstica expressa na Lei Maria da Penha, abrange as inúmeras situações em que as mulheres são vítimas dentro do ambiente doméstico, muitas vezes culmina em situações de feminicídio.

O feminicídio segundo a lei nº 13.104 de 09 de março de 2015 é caracterizado como o homicídio contra a mulher cometido por razões da condição de sexo feminino (BRASIL, 2015).

Expressão fatal dos diversos tipos de violência a que mulheres em sociedades onde a desigualdade de gêneros marca a sociedade por raízes históricas, políticas, culturais e econômicas, o feminicídio vitimiza milhares de mulheres todos os anos:

A subjugação máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. A mulher sempre foi tratada como uma coisa que o homem podia usar, gozar e dispor (RODRIGUES, 2018).

O conceito de feminicídio segundo Menicussi (2016) surgiu nos anos de 1970, com o fim de dar visibilidade às desigualdades, discriminações e situações de violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Segundo a mesma autora, essa forma de assassinato não se constitui a partir de um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, fazendo parte de um

processo de violências sofrido pela mulher, incluindo abusos desde verbais, físicos e sexuais.

Segundo Saraiva (2019), até o ano de 2015, o País não contava com uma legislação que enquadrasse o homicídio praticado em razão da condição de mulher, em outras palavras, não havia uma pena diferenciada para este tipo de crime:

Em 9 de março de 2015, foi publicada a lei 13.104/15, que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio e, no mesmo norte, foi inserido no rol de crimes hediondos. Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. [...] Homicídio qualificado § 2º Se o homicídio é cometido: [...] Feminicídio VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [...] § 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. [...] Aumento de pena [...] § 7o A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima (SARAIVA, 2019).

O resumo da pesquisa “Violência Doméstica Durante a Pandemia do Covid-19” demonstra que desde a decretação da pandemia nos Estados pesquisados (um total de 6), os registros de boletins de ocorrência na polícia civil, que necessitam da presença de vítima diminuíram se comparado ao mesmo período do ano de 2019 (maior número registrado foi de 29% no CE), o que impactou na quantidade de medidas protetivas de urgência concedidas, entretanto o número de casos de violência doméstica atendidos pela polícia militar cresceram, assim como o feminicídio aumentou consideravelmente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

A mesma pesquisa descreve o crescimento dos casos de feminicídio registrados em 12 estados brasileiros cresceram em média 22,2% entre março e abril deste ano, comparativamente ao ano passado. De acordo com o relatório, o estado em que a situação do feminicídio apresenta um salto no número de casos é o do estado do Acre, onde o aumento foi de 300%. Destacam-se os estados do Maranhão e Mato Grosso que tiveram um aumento de 166,7 % e 150% nos casos de feminicídio respectivamente. O documento indica ainda que os números deste tipo de crime caíram apenas em três estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O aumento dos casos de violência doméstica e feminicídio durante o período de isolamento social em virtude da decretação do estado de pandemia, expressa as desigualdades existentes entre homens e mulheres, ricos e pobres, bem como o enxugamento do financiamento das políticas públicas iniciadas em um passado recente no Brasil. Esse enxugamento teve maior evidência a partir do governo do presidente Michel Temer que assumiu o poder após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (período agosto de 2016 e dezembro de 2018).

Michel Temer instituiu o Plano Temer: “Uma Ponte Social Para o Futuro: a travessia social”. O plano onde são levantados oito pontos apontados pelos responsáveis por sua elaboração (Fundação Ulysses Guimarães vinculada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB) como necessários para diminuir os

estragos econômicos e sociais de seus antecessores de esquerda, “radicaliza abertamente a tendência neoliberal”. Dentre as propostas para conseguir este intuito, estão a reforma trabalhista; a reforma previdenciária; a regulamentação da terceirização no mercado de trabalho e o congelamento dos gastos públicos (RAPHAEL, 2018).

As retiradas de direitos e diminuição de serviços públicos concebidos através da aprovação destas normas legislativas vêm ao longo do processo de materialização da seguridade social brasileira em especial da política de assistência social, deslegitimando o papel do Estado enquanto provedor de políticas sociais. O governo do presidente Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, estampa uma direção política que materializa de forma literal os interesses do grande capital financeiro, afetando todas as políticas sociais:

No atual contexto político, social e econômico são retomados os preceitos neoliberais com maior intensidade e perversidade, seja na defesa do livre mercado, na desregulamentação da economia e na consolidação de um Estado que se situa no processo de intermediação da relação capital/trabalho [...] de um lado se configuram a radicalização da mundialização financeira, a aceleração e intensificação da produção, resultando na superexploração da força de trabalho e, de outra parte o Estado perpassado pelos ideários políticos e ideológicos do neoliberalismo exige-se a sua contrarreforma, reduzindo direitos sociais e trabalhistas (NEGRI, 2019).

Este mesmo governo que prega a flexibilização da posse de armas desconsiderando os números de violência contra os segmentos mais vulneráveis da população, dentre eles as mulheres, anula a necessidade de planejamento por parte dos poderes executivo, legislativo e judiciário de ações para o combate à violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência está presente em todos os segmentos da sociedade, e dentro do processo histórico social e político expressa algumas formas de sociabilidade entre os sujeitos. Além desta característica de ser histórica, a violência devido à sua complexidade pode ser classificada de diversas formas.

No que se refere à violência contra a mulher, a violência doméstica vem sendo perpetrada ao longo do tempo em especial pelas relações de gênero que são pautadas em construções socioculturais. A violência doméstica foi durante muito tempo no Brasil tratada como um problema privado das famílias, não existindo até o ano de 2006, legislação específica que tratasse dos efeitos deste tipo de violência. A partir de uma mobilização social liderada por Maria da Penha Fernandes, que foi durante muitos anos vítima de violência doméstica pelo marido, a lei nº11.340 (Lei Maria da Penha) foi aprovada no citado ano e até nos dias atuais enfrenta desafios para efetivação de seus preceitos.

Seguindo este mesmo processo, a expressão máxima da violência doméstica, o feminicídio só foi reconhecido como crime hediondo a partir do ano de 2015 através da lei nº 13.104, que altera o código penal qualificando este tipo de crime como crime

hediondo, há aproximadamente cinco anos, prazo este onde ainda não foram possíveis ações efetivas para se evitar este tipo de crime.

A pandemia da Covid- 19 deflagrada no início do ano de 2020, fez com que o Brasil declarasse estado de quarentena onde os indivíduos passaram a conviver grande parte do tempo em seus lares, o que intensificou os conflitos nas famílias em especial onde já existiam situações de violência doméstica.

Além da proximidade física entre os parceiros, as alterações políticas e econômicas advindas da pandemia da Covid-19 e o momento histórico que o Brasil atravessa, onde as famílias têm suas atividades laborais e renda comprometidas são fatores que geram impactos negativos nas relações familiares, em especial nestas onde já existiam situações de violência. Aliam-se a estes aspectos que propiciam as situações de violência, o enxugamento do financiamento das políticas públicas que não atendem às necessidades da população, seguindo as tendências neoliberais.

Ao elegermos políticos que enaltecem a violência, desmerecem o lugar que as mulheres ocupam na sociedade e falham ao propiciar condições para o exercício da cidadania, o que causa uma pandemia na vida desta população, é a morte. Neste momento de isolamento social, é necessário que as vozes que trabalham a favor da defesa das populações mais vulneráveis, neste contexto, as mulheres vítimas de violência não sejam caladas. Torna-se necessário a manutenção do diálogo entre poder público e sociedade civil na defesa de políticas públicas que vão desde a prevenção, combate da violência e à disponibilidade de condições de vida à população, em especial neste desafiador momento que a pandemia da Covid- 19 assola o mundo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Mayara Simon. **Infância descolorida**: a criança vítima de violência sexual e o trabalho interdisciplinar. Orientadora: Cirlene Aparecida Hilário. 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213 jul./dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 20 jun.2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como

circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.104%2C%20DE%209,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos.> Acesso em: 20 jun.2020.

BRASIL. Violência contra crianças e adolescentes: análises de cenários e propostas de políticas públicas. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

Disponível em:

<<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/conada/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>>

Acesso em: 22 jan.2020.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grudtner; LINDNER, Sheila Rubia. **Violência: definições e Tipologias.** Centro de Ciências da Saúde. Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos - Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

DAHLBERG, Linda Lee; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, p.163-178, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>. Acesso em: 29 set. 2019.

FARIAS, Drielly Tenório Marinho; LIMA, Layana Silva; SILVA, Gabriela de Almeida; SANTOS, Adriana Cristina dos. **A violência doméstica contra a mulher e as políticas públicas: a partir da abordagem marxista.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/a-violencia-domestica-contra-a-mulher-e-as-politicas-publicas-a-partir-da-abordagem-marxista.pdf>. Acesso em: 12 jun.2020.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Definição de abuso na infância e adolescência. In: O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FRANCISCHINI, Rosângela; MELLO, Leonardo Cavalcante de. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um ensaio conceitual. **Temas em Psicologia.** Ribeirão Preto, v.18, n.1, p.156-165, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança pública 2020.** São Paulo, 2020. Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19.** São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-final.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro 2021.

GORTAZAR, Naiara Galarrraga. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: a cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil. **Brasil El País**: Madrid, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/10/politica/1568134128_017016.html. Acesso em: 25 set. 2019.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>> Acesso em: 20 jun.2020.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher**. Mossoró. Edições UERN, 2008.

MEDEIROS, Kátia Batista de. **Resistências de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e a Escola na Rede de Proteção**. Orientadora: Márcia Aparecida Amador Mascia. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Francisco, Itatiba, 2018.

MENICUCCI, Eleonora e outras. **Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres - Feminicídios**. 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf> Acesso em: 20 jun.2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde** [online], Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MOREIRA, Adailson. **A violência doméstica e o estado**. São José do Rio Preto: Ativa, 2002.

NEGRI, Fabiana Luiza. **A assistência social em discussão no contexto de supressão de direitos**. Boletim eletrônico do Conselho Regional de Serviço Social 12ª edição. julho de 2019. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2019/07/BE-58-A-Assist%C3%Aancia-Social-em-Discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 out.2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 24 out.2019.

RAPHAEL, Samira Leinko Matsuda. **Assistência Social: os paradoxos de um direito**. Orientadora: Maria Carmelita Yasbek. 2018. 158f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2018.

RODRIGUES, Marixa Fabiane Lopes. **Feminicídio no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://thiisouza.jusbrasil.com.br/artigos/553677492/todos-os-dias-sao-das-mulheres>. Acesso em: 12 jun.2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARAIVA, João Paulo. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. **Feminicídio** – esse crime é consequência de preconceito. Migalhas de Peso. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/305483/lei-13104-15-feminicidio-esse-crime-e-consequencia-de-preconceito>. Acesso em: 25 jun.2020.